

Violência de Gênero em Operações de Peacekeeping no Haiti

CECÍLIA DIAS E ÉRICA AMARANTE

Ao longo da década de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou uma fase de inter-relação mais enfática sobre questões de gêneros em arenas de operações de paz, principal instrumento de estabilização e manutenção da paz internacional (Rebello, 2013). Na época, diferentes documentos incrementando a perspectiva de gênero foram cunhados com o fito de sanar a disparidade entre homens e mulheres em áreas de conflito, como a Resolução 1325/2000. Com esta, foi lançada a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS), a fim de criar um arcabouço normativo robusto acerca da promoção de políticas voltadas à igualdade de gênero (Drummond et al, 2022). Desse modo, é reconhecida a importância da participação feminina na promoção da paz e segurança internacionais, e os impactos diferentes sentidos por mulheres e meninas em contextos de conflitos armados (MRE, 2022).

Na presente análise, será utilizado o caso da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), operação de *peacekeeping* que durou entre 2004 e 2017, para abordar a intensa violência de gênero em operações de paz. Para tal, será abrangida a Resolução 1325/2000 para elucidar comparações entre a Resolução 1542/2004, que aprovou o início da MINUSTAH, e a Resolução 2699/2023, a qual autoriza uma nova intervenção no Haiti, com o objetivo de refletir se os mecanismos que dispõem a agenda MPS são efetivamente implementáveis em operações de paz.

Operações de paz e violência de gênero

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem como função a manutenção e a garantia da paz entre

os povos (Carta da ONU, 1945, artigo 24). Em caso de conflito, tanto já iniciado quanto em fase de cessar-fogo, pode autorizar missões que permitam a realização de operações de paz. Essas operações se classificam como: I) *Conflict prevention* (prevenção conflitiva), que envolve a aplicação de medidas diplomáticas intra ou extra estatais para apaziguamento de tensões; II) *Peacemaking* (pacificação), que incorpora medidas para lidar com conflitos em andamento; III) *Peacekeeping* (manutenção da paz), a qual se projeta a preservação da paz em um local que um conflito tenha sido irrompido; IV) *Peace enforcement* (imposição da paz), que envolve a aplicação de uma série de medidas, incluindo o uso de força militar; e V) *Peacebuilding* (construção da paz), que envolve uma série de medidas para redução do risco de retomada de conflito (UN, 2008).

No âmbito das operações de paz, a questão de violência de gênero ganhou atenção mundial em 2001, quando relatos de abuso e exploração sexual de mulheres de comunidades refugiadas na Guiné, na Libéria e na Serra Leoa foram expostas em relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e do Save the Children, uma organização não-governamental (ONG) britânica (Soprani, 2008). Em 2003, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, definiu o abuso e a exploração sexuais como qualquer tentativa ou abuso real, além de intrusão física ou ameaçada, de uma posição de vulnerabilidade, de poder ou de confiança, para fins sexuais (ONU, 2003).

É notório que mulheres e meninas compõem um dos grupos mais atingidos pelas guerras e conflitos, ficando vulneráveis a formas específicas de violência de gênero. Segundo Gallindo e Viana (2022), a violência sexual contra mulheres foi usada durante toda a história, realizadas até em locais de refúgio. No caso do *peacekeeping*, vários membros se aproveitam sexualmente de mulheres e de meninas, seja mediante tráfico sexual, prostituição, escravidão sexual, ou de outros meios (Soprani, 2018).

No Haiti, o contexto da operação da MINUSTAH refletia uma nação marcada por profundas instabilidades políticas e econômicas. O presidente da época, Bertrand Aristide, enfrentando forte oposição popular, renunciou ao cargo em meio a um conflito armado que se espalhou por várias cidades, colocando o país à beira do colapso. Tal cenário abriu espaço para a intervenção internacional, inicialmente com uma força multinacional temporária, que posteriormente foi sucedida pela MINUSTAH, aprovada

pela Resolução 1542 do Conselho em abril de 2004. (Peacekeeping UN, 2024).

Assim, ao longo dos 13 anos de atuação, a MINUSTAH trabalhou para promover a proteção dos civis, incluindo o enfrentamento das vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres haitianas, devido ao contexto do país. No entanto, o contingente militar, majoritariamente composto por homens, foi também o responsável por inúmeros casos de violência de gênero. Esse problema, somado à situação socioeconômica crítica do Haiti, agravou ainda mais a situação de fragilidade vivida pelas mulheres locais (Machado, 2023). Dessa forma, evidenciaram-se os vácuos institucionais entre a formalização da operação e sua eficácia final.

A MINUSTAH e a Resolução MPS

A Resolução 1325/2000 do CSNU destaca a importância da proteção e do empoderamento das mulheres em conflitos armados, reconhecendo sua atuação desproporcional. Ela enfatiza a necessidade de aumentar a participação das mulheres em processos de paz, de proteger seus direitos, de prevenir a violência de gênero e de treinar o corpo de manutenção da paz acerca de questões de gênero. O documento visa, ainda, integrar uma perspectiva de gênero em todas as operações de paz e promover a igualdade de gênero em contextos de conflito (ONU, 2000). Dessa forma, a Resolução 1542/2004, que autorizou o início da MINUSTAH, considerou a Resolução 1325/2000 para sua formalização.

Contudo, mostra-se que o saldo final da operação falhou em promover uma inclusão equitativa de mulheres, com apenas 200 militares femininas entre os 37 mil soldados, o que contribuiu para o aumento da violência de gênero na região (Machado, 2023; CSNU, 2000). Inúmeros casos de violência também ocorreram no decorrer da missão. O primeiro caso público ocorreu em 2005, quando uma haitiana foi atraída por três militares nepaleses e estuprada (Terra, 2016). Além disso, entre 2004 e 2007, aproximadamente 134 soldados exploraram sexualmente crianças haitianas (BBC, 2019). E outro caso emblemático na MINUSTAH foi o dos *Petit MINUSTAH*, termo referente às crianças nascidas no Haiti geradas mediante estupro de agentes de forças de paz estrangeiras da ONU.

O papel da instituição e os peacekeepers

Os exemplos acima endossam a tese do surgimento de uma “economia de *peacekeeping*”, sob a qual a “oferta” de meninas e de mulheres, acrescidas pelo contexto socioeconômico das vítimas, supre a ampliação da “demanda” sexual dos militares (Fontoura, 2009). Os militares e os policiais, agentes que formam a maioria do contingente das forças de paz, desempenham um papel crucial na perpetuação dessa dinâmica. Isso não apenas reflete uma grave violação dos direitos humanos, mas também a necessidade urgente de uma revisão das práticas e políticas de *peacekeeping* para garantir que as forças de paz não contribuam para a exploração e o abuso.

Em amplo aspecto, vale ressaltar que tais agentes são intrinsecamente influenciados por instituições militares, que reforçam o ideal subversivo de masculinidade (Whitworth, 2004). Nesse contexto, para Enloe (1990), essas instituições promovem valores que ligam “ser homem” à violência, especialmente no contexto militar. A ideia de masculinidade sob a ótica militar muitas vezes é definida em oposição ao que é diferente — como pessoas não brancas, homossexuais e, neste caso, mulheres (Whitworth, 2004). Assim, a separação entre o militar e o feminino, com a desumanização das mulheres, destaca a necessidade de se alterar a maneira que os *peacekeepers* são capacitados.

A mazela envolta na questão da violência de gênero contorna muito mais do que somente uma reforma no treinamento dos *peacekeepers* — é realçada, também, a necessidade de se repensar os moldes da instituição militar. No caso do Haiti, é requerida ainda mais sensibilidade, sobretudo porque a crise humanitária lá vivenciada está longe de ser cessada, o que levou à aprovação de uma nova operação no país pelo CSNU em 2023.

Uma nova operação no Haiti: mudança ou continuidade?

A crise interna da nação, não apaziguada pela MINUSTAH, agora transcorre um período de crescente dominação de gangues em várias cidades do país (Hu, 2024). Esse cenário

é melhor abordado por Oliveira (2024).

Nessa seara, em 2023, mediante solicitação do governo haitiano e via Resolução 2699/2023, o Conselho autorizou o envio de uma força internacional para a operação de paz no Haiti por um período inicial de um ano, denominada Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MSS) e liderada pelo Quênia. Tal Resolução – fundamentada no Capítulo VII da Carta da ONU, que aborda ações em resposta a ameaças à paz, violações da paz e atos de agressão –, enfatiza a necessidade de combater a violência de gênero. Entre as medidas destacadas estão a condenação do aumento das atividades violentas, incluindo a violência sexual e de gênero, que comprometem a paz e a segurança no Haiti; a preocupação expressa com os atos de violência e abusos, especialmente contra mulheres e meninas; e a solicitação de mecanismos para a supervisão das violações dos direitos humanos (ONU, 2023)

Sob o auspício da Resolução MPS, nota-se que a Resolução 2699/2023 não enfatiza alguns pontos, os quais tangenciam a imprescindibilidade do treinamento específico para proteção de mulheres e meninas em ambientes de conflito; a necessidade de participação ativa de mulheres nos processos de paz e na tomada de decisões políticas; e, especialmente, a responsabilização dos Estados em processar aqueles que cometem crimes de guerra e violência de gênero (ONU, 2000). Neste último caso, a Resolução 2699/2023 menciona a necessidade de cessar abusos, sem, no entanto, responsabilizar os perpetradores da violência.

Em termos gerais, o que se visualiza é que a Resolução 2699/2023 não dispõe, assim como a Resolução 1542/2004, o asseguramento pleno ante o combate à violência de gênero em operações de paz, uma vez que carece de elementos práticos de prevenção e de correção de práticas abusivas sobre mulheres, como a falta de responsabilização dos perpetradores do abuso. Mesmo condenando a violência de gênero e a violação dos direitos humanos (ONU, 2023), a nova missão pode enfrentar problemas similares experienciados durante a MINUSTAH, tendo em vista as lacunas acerca da proteção e da inclusão de mulheres na Resolução.

Considerações finais

A perspectiva de uma nova operação de *peacekeeping* no Haiti demanda diversas medidas para uma solução e transição política pacíficas. No caso da Resolução 2699/2023, mostra-se que há diversos aspectos relacionados à manutenção da paz que não tangenciam concretizar um efetivo combate à violência de gênero na região. Apesar de sabido que fórmulas normativas não se expressam fidedignamente, é crucial que as diretrizes e estratégias de tais Resoluções sejam adaptadas para abordar de forma mais eficaz as especificidades do contexto haitiano. A integração de medidas robustas contra a violência de gênero, com treinamentos especializados, supervisão independente e inclusão ativa de mulheres nos processos de paz é essencial para transformar os compromissos normativos em ações concretas. Caso contrário, o que será visto nesta operação é um mais do mesmo.

Nesse momento, a agenda MPS deveria ser uma prioridade central nesta nova missão, uma vez que a violência de gênero continua a ser um problema significativo que compromete a estabilidade e o desenvolvimento sustentável do país. O que se contempla é que a implementação da Resolução 2699/2023 falhou ao não incorporar estratégias específicas para enfrentar e reduzir a violência baseada em gênero, garantindo que as intervenções de *peacekeeping* integrem medidas de proteção para mulheres e meninas, bem como programas de apoio e recuperação.

Referências

BARTELS, Sabine. **La investigación sobre explotación sexual y abuso en Haití que salpica a efectivos de la paz de la ONU de países de América Latina.** Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50892596>. Acesso em: 29 jul. 2024.

DRUMOND, Paula et al. Mapeando a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” na América Latina: uma comparação dos Planos Nacionais de Ação da ONU. **BPC Policy Brief**, V. 12 N. 4.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics.** Berkeley: University of California Press, 1990.

FAGANELLO, Priscila. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: De que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz.** Brasília, FUNAG, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>.

FONTOURA, Natalia Rayol. **Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Rio de Janeiro: PUC, 2009.

GALLINDO, Alice; VIANA, Poliana. **A vulnerabilidade das mulheres em contexto de conflito internacional.** Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2022/08/31/a-vulnerabilidade-das-mulheres-em-contexto-de-conflito-internacional-2/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

HU, Caitlin. Entenda por que policiais do Quênia estão sendo enviados para o Haiti. **CNN Brasil.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-por-que-policiais-do-kenia-estao-sendo-enviados-para-o-haiti/>. Acesso em: 17 set. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Haiti: Events of 2017.** Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/haiti>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MACHADO, Giovana. **A MINUSTAH sob a perspectiva de Gênero: a participação das peacekeepers brasileiras e a problemática dos abusos e exploração sexual de mulheres haitianas.** Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/593de423-ff6b-46bf-8dce-e2ceabcbcd5c1/content>. Acesso em: 22 jul. 2024.

Referências

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Mulheres, paz e segurança**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/paz-e-seguranca-internacional/mulheres-paz-e-seguranca>. Acesso em: 17 set. 2024.

NGUYEN, Anh. **Haitian Court Delivers Landmark “Petit MINUSTAH” Decision: New Light Shed On Decades Of UN Peacekeeper Sexual Abuse**. Disponível em: <https://www.humanrightspulse.com/mastercontentblog/haitian-court-delivers-landmark-petit-minustah-decision-new-light-shed-on-decades-of-un-peacekeeper-sexual-abuse>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ONU. **Carta das Nações Unidas**, 1945. Disponível em <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ONU. **S/RES/1325 (2000)**. Nova Iorque, 18 out. 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/1325-2000-pt.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ONU. **S/RES/1542 (2004)**. Nova Iorque, 30 abr. 2004. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/520532?v=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ONU. **S/RES/2699 (2023)**. Nova Iorque, 2 out. 2023. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4022890?v=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ONU. **ST/SGB/2003/13**. Nova Iorque, 9 out. 2003. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n03/550/40/pdf/n0355040.pdf?token=v0dGdZ5Mrdz2GAMmsf&fe=true>. Acesso em: 26 jul. 2024.

REBELO, Tamyá Rocha. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 817–837, 2013.

SOPRANI, Carolina. Abuso e exploração sexual nas operações de paz da ONU. **Observatório de Conflitos Internacionais**, LOCAL, V. 5, n. 6, dezembro, 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-5-n.-6-dez.-2018---abuso-e-exploracao-sexual-nas-operacoes-de-paz-da-onu.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

"SEXO oral por biscoitos': As denúncias de abuso sexual contra soldados e funcionários da ONU". **Terra**, 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/sexo-oral-por-biscoitos-as-denuncias-de-abuso-sexual-contra-soldados-e>

Referências

UNITED NATIONS. **MINUSTAH fact sheet**: United Nations stabilization mission in Haiti. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>. Acesso em: 28 jul. 2024.

UNITED NATIONS. **Principles and Guidelines**, 2008. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

WHITWORTH, Sandra. **Men, militarism, and UN peacekeeping: A gendered analysis**. Lynne Rienner Publishers, 2004.